

CONTRATO N.º 40 / GAV / 2021

## CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ENTRE O MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES E ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE VÁRZEA DO DOURO

### Preâmbulo

#### Considerando:

As atribuições dos Municípios nos domínios do desporto e tempos livres, alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual;

A competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse público municipal;

O reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

O desenvolvimento desportivo, um dos anseios das populações nas sociedades atuais, exige que as diferentes entidades com capacidade de intervenção utilizem as suas potencialidades de forma conjugada e articulada, proporcionando melhores condições de acesso à prática desportiva;

Que compete aos Municípios em colaboração com as associações desportivas, promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos;

Que o desenvolvimento desportivo do Marco de Canaveses, necessita da conjugação das vontades das diferentes entidades intervenientes no Município;

Que o Segundo Outorgante como entidade associativa sem fins lucrativos tem como seus objetivos, o desenvolvimento da prática de atividade física e desportiva, movimentando pessoas e jovens;

Da conjugação do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro com os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, resulta

a obrigatoriedade da realização de Contrato Programa para atribuição de comparticipação financeira, limitando-se o âmbito desta, a “plano” ou “proposta”, que não constitua encargo ordinário;

Os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas, enquadram-se nos programas de desenvolvimento desportivo de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na redação atual;

Que o Segundo Outorgante não se enquadra no disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, alterado e republicada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.

#### **Entre**

**Primeiro Outorgante:** Município de Marco de Canaveses, pessoa coletiva de direito público n.º 501073655, com sede em Paços do Concelho no Largo Sacadura Cabral, Marco de Canaveses devidamente representado neste ato pela Senhora Presidente, Dr.ª Cristina Vieira, doravante designado por Primeiro Outorgante,

#### **E**

**Segundo Outorgante** Associação Cultural e Desportiva de Várzea do Douro, pessoa coletiva n.º 501 542 949, com sede na Rua da Raposeira, n.º 9, freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, concelho de Marco de Canaveses, devidamente representado pelo seu Presidente da Direção, Manuel Augusto Pinto Silva, com os necessários poderes para este ato, doravante designado por Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelo disposto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, pelo disposto no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município do Marco de Canaveses, em especial os princípios enunciados no artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, pelos considerandos supra e cláusulas seguintes:

### **Cláusula Primeira**

#### **(Objeto)**

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo tem por objeto a cooperação financeira entre os outorgantes, destinada à execução do(s) programa(s) de apoio apresentado(s) pelo Segundo outorgante.

### **Cláusula Segunda**

#### **(Obrigações do Segundo Outorgante)**

1. Por força do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, constituem obrigações do Segundo Outorgante, nos termos que se concretizam no(s) número(s) seguinte(s):

#### **1.1 - Fomentar a Modalidade de Futebol**

##### Futebol

a) Participação nos Campeonatos Distritais de Futebol da Associação de Futebol do Porto, nos escalões de seniores, benjamins e traquinas num total de 49 atletas, divididos por 3 equipas.

##### Manutenção das Instalações

a) Efetuar a manutenção da instalação desportiva

OBS. É obrigatório apresentar o relatório de manutenção das instalações (campo, relvado, sintético, balneários, sede social, no final a época desportiva, com comprovativos de despesa e declaração de confirmação dos trabalhos efetuados por parte do diretor de empresa/empresa de manutenção, bem como evidências da intervenção (fotografia).

##### Contrapartida de âmbito social

a) Promover a integração de crianças e jovens carenciados, devidamente identificados pela Divisão de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal, nas atividades regulares das associações/clubes desportivos, sem qualquer tipo de custo, até um limite de 5 crianças e jovens.

#### **1.2 - Intervenções/obras abrangidas pelo presente contrato programa**

- colocação de relvado sintético
- reabilitação da envolvente ao recinto desportivo - muros e bancada
- renovação da instalação elétrica e pichelaria

- 2.A(s) ação(ões) contemplada(s) no número anterior, quando seja(m) divulgada(s) ou publicitada(s), por qualquer meio, têm obrigatoriamente de referir o apoio concedido pelo Primeiro Outorgante através da menção «Com o apoio da Câmara Municipal do Marco de Canaveses».
3. O Segundo Outorgante compromete-se também, sempre lhe seja atempadamente solicitado e sem prejuízo das suas atividades desportivas colaborar em iniciativas promovidas pelo Primeiro Outorgante.
4. O Segundo Outorgante compromete-se a certificar as suas contas e organizar a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos por contrato-programa e a identificação das receitas, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro.
5. Conceder ainda ao Primeiro Outorgante consentimento expreso para consulta da respetiva situação tributária e contributiva e cumprir com as suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social.

### **Cláusula Terceira**

#### **(Obrigação do Primeiro Outorgante / participação financeira)**

1. Para a prossecução do(s) programa(s) de apoio apresentado(s) na cláusula segunda, o Primeiro Outorgante participa financeiramente no valor de 402 683, 53€ (quatrocentos e dois mil seiscentos e oitenta e três euros e cinquenta e três cêntimos), abrangendo a totalidade do(s) Programa(s), independentemente da data do seu início, e distribuídas da seguinte forma, a pagar pela forma de transferência bancária:

1.1 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo, no valor de 8 213,40€ efetuada através de 1 prestação;

1.2 - Programa de Apoio a Infraestruturas

- colocação de relvado sintético, valor de 293.354,02€
- reabilitação da envolvente ao recinto desportivo -muros e bancada, valor de 81.524,40€
- renovação da instalação elétrica e pichelaria, valor de 19.591,71€

efetuada através de 6 prestações, correspondentes a dois autos de medição, por cada uma das infraestruturas intervencionadas.

1.3 - A entrega da comparticipação para o Programa de Apoio a Infraestruturas descrito no ponto 1.2 da clausula terceira será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- justificativo da despesa (fatura ou fatura-recibo, devendo estar cumpridos todos os imperativos fiscais, definidos no referido código);
- declaração a conferir os trabalhos efetuados por parte do diretor de obra;
- auto de medição dos trabalhos executados;
- evidências da obra (fotografias).

e, ainda, após a confirmação dos trabalhos descritos nos correspondentes autos de medição, nos termos definidos no ponto 1.2 da clausula terceira, por parte do técnico do Município designado para fiscalização da(s) obra(s).

1.4 - Sempre que existam disponibilidades financeiras para o efeito, poderá ser efetuado um primeiro pagamento (adiantamento) que corresponde ao máximo de 50% da comparticipação financeira atribuída à operação descrita no ponto 1 da clausula terceira. Este pagamento será efetuado com a apresentação pelo Segundo Outorgante do Pedido de Pagamento, acompanhado dos documentos assinalados na alínea anterior.

2. A(s) verba(s) indicada(s) no(s) número(s) anterior(es), será(ão) obrigatoriamente afeta(s) à prossecução da(s) atividade(s) elencada(s) nas alíneas do ponto 1 da clausula segunda, não podendo o Segundo Outorgante utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata do presente contrato-programa, por parte do primeiro outorgante.
3. O valor de comparticipação financeira tem cabimento orçamental através da(s) rubrica(s) 0102/040701 e/ou 0102/080701, dos documentos previsionais para o(s) ano(s) económico(s) de 2021 do Primeiro Outorgante.

#### **Cláusula Quarta**

##### **(Sistema de acompanhamento e controlo de execução do contrato)**

1. O acompanhamento e fiscalização da execução do(s) programa(s) de apoio a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo Primeiro Outorgante, designadamente no ponto 1 da clausula segunda, ficando designado para tal o Técnico do Município, Eng.º Vitor Pires.

2. O Primeiro Outorgante fiscalizará a execução do presente Contrato podendo realizar, para o efeito, inspeções e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por uma entidade externa (n.º 4, artigo 17.º conjugado com artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.
3. O Segundo Outorgante obriga-se a apresentar à Câmara Municipal todos os documentos e informações, que esta considere necessários relativos à execução do(s) programa(s), para efeitos de fiscalização.
4. Assim que concluída a realização do(s) programa(s) de apoio a que se refere o presente contrato, o Segundo Outorgante compromete-se a enviar ao Primeiro Outorgante um relatório final sobre a execução do presente contrato.

**Cláusula Quinta**  
**(Incumprimento do contrato)**

1. O incumprimento do presente contrato-programa por parte do Segundo Outorgante confere ao Primeiro Outorgante o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na atual redação.
2. Nos demais casos, o incumprimento confere ao Primeiro Outorgante apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

**Cláusula Sexta**  
**(Dever de Sustação)**

Em caso de incumprimento culposo do contrato programa, para além do Segundo Outorgante não poder vir a beneficiar de novas participações financeiras, poderá o Primeiro outorgante proceder à retenção das quantias afetas a este ou outros contratos programa ao abrigo do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na atual redação.

**Cláusula Sétima**  
**(Período de vigência do contrato-programa)**

O presente contrato-programa vigora durante o ano 2021.

**Cláusula Oitava**  
**(Resolução de litígios)**

Os litígios emergentes da execução do presente Contrato-Programa encontram-se submetidos a arbitragem nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua versão atual.

**Cláusula Nona**  
**(Regime aplicável)**

Em tudo o que estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na sua versão atual.

**Cláusula Décima**  
**(Publicitação)**

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua publicitação, conforme o previsto nos artigos 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações, conjugado com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Compromissos)**

Nos termos definidos no n.º 3 do artigo 5.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, os compromissos associados ao contrato correspondem aos n.º 44382 e 44383.

**§ ÚNICO:** O presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo não se encontra sujeito à Parte II do Código dos Contratos Público, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 5.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º-B, ambos do referido Código.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação da reunião da Câmara Municipal de 30 de julho de 2021 e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

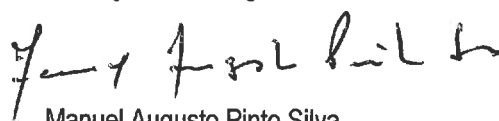
Marco de Canaveses, 02 de agosto de 2021.

Primeiro Outorgante



Dr.<sup>a</sup> Cristina Vieira

Segundo Outorgante



Manuel Augusto Pinto Silva